

Entre LGBTQs, pessoas trans, negros e indígenas estão mais vulneráveis aos impactos da pandemia

Pesquisadores da UFMG e Unicamp criaram o 'Índice Vulnerabilidade LGBTQ+' em relação à covid-19; 54% diz precisar de apoio psicológico neste momento

[\(HuffPost | 23/07/2020 | Andréa Martinelli\)](#)

A pesquisa, que explora os desafios dessa comunidade diante do contexto da pandemia do novo coronavírus, foi realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio, por meio de formulário online, e recebeu mais de 10 mil respostas das cinco regiões do País. O resultado aponta para o diagnóstico de que pessoas LGBTQ vivem uma situação de grave vulnerabilidade no atual momento.

Para chegar ao resultado, pesquisadores criaram o Índice Vulnerabilidade LGBTQ+ em relação à covid-19 (VLC), um medidor inédito aplicado para a população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. O índice, que vai de 0 a 1, mede a vulnerabilidade desta população levando em conta renda e trabalho, saúde e exposição ao risco de contaminação. Quanto mais próximo a 1, maior a vulnerabilidade do grupo analisado ao novo coronavírus.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Organização TamoJuntas lança

edital para publicação da sua primeira Revista Eletrônica

O periódico com publicação semestral terá a ‘Cultura do Estupro’ como tema e contemplará exclusivamente escritas de mulheres cis e trans.

A organização TamoJuntas torna pública as inscrições para submissão de textos no edital 01/2020, referente ao lançamento da primeira edição da revista eletrônica “Revista TamoJuntas”, com tema “A Cultura do Estupro: violência sexual contra mulheres e meninas e contra população LGBTQIA+”

Esta iniciativa contempla apenas mulheres cis e trans na escrita das suas experiências e/ou pesquisas ou divulgação das suas produções artísticas que educam, denunciam e expressam as inquietações sobre a temática abordada.

Nesta primeira edição, os trabalhos devem se enquadrar de acordo com os gêneros textuais indicados no edital nº01/2020, e enviados até o dia 31 deste mês, data de encerramento da seleção. As inscrições são gratuitas

Sobre a escolha do tema

A escolha do tema foi devido ao crime que aconteceu no Brasil em maio de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, quando uma adolescente foi estuprada por 33 homens e teve sua violação publicada nas redes sociais. A vítima em questão sofreu julgamento social, além de violência institucional do delegado que acompanhava o caso e questionou a existência do crime, na tentativa de culpabilizar a adolescente. Com grande repercussão nos movimentos sociais, o delegado foi afastado do caso para garantir o acolhimento e a proteção da adolescente. Com esse caso, a TamoJuntas tornou-se conhecida nacionalmente como coletivo feminista de advogadas que faz o acolhimento de mulheres em situação de violência e, assim, expandiu sua atuação para todas as regiões do Brasil.

Sobre a publicação

A revista eletrônica TamoJuntas é um periódico semestral que visa a publicação de artigos, relatos de experiência, resenhas, crônicas, cordel, poesias e entrevistas de autoras brasileiras e estrangeiras; aceitando produções acadêmicas e/ou livres, visando ampliar a participação de mulheres na composição do material.

Para submissão, as autoras precisam enviar o trabalho e a ficha de inscrição devidamente preenchida, no e-mail revistaeletronica@tamojuntas.org.br.

Mais informações acessar:
<https://tamojuntas.org.br/tamojuntas-lanca-edital-para-1a-edicao-de-revista/>

Pessoas trans e LGBTQ+ negras e indígenas estão mais expostas ao impacto da covid-19, aponta pesquisa

Diagnóstico do coletivo Vote LGBTQ+ leva em consideração trabalho e renda, saúde e exposição ao vírus dessa população para criar um índice de vulnerabilidade; 98,7% das pessoas LGBTQ+s entrevistadas avaliam como ruim ou péssimo o governo Bolsonaro

[\(Gênero e Número | 29/06/2020 | Por Vitória Régia da Silva\)](#)

[...] Pessoas LGBTQ+s negras estão em uma situação de vulnerabilidade grave durante a pandemia causada pela covid-19, revela a pesquisa diagnóstico [LGBTQ+ na pandemia](#) do coletivo Vote LGBTQ+, que trata dos desafios dessa comunidade no contexto de isolamento social. Realizada entre os dias 28 de

abril e 15 de maio, por meio de formulário online, a pesquisa recebeu mais de 9.000 respostas das cinco regiões do país.

Divulgado neste domingo, 28/6, data marcada pelo Dia do Orgulho LGBTQ+, o estudo aponta um índice inédito de vulnerabilidade LGBTQ+ em relação à covid-19 e revela que pessoas transgênero são as mais vulneráveis aos impactos do isolamento social, seguidas pelas pessoas pretas, pardas e indígenas. Os bissexuais aparecem em terceiro. Todos esses grupos estão na faixa de vulnerabilidade considerada grave.

[**Acesse a reportagem completa no site de origem.**](#)

Pesquisa mostra aumento da violência contra pessoas trans no Brasil

No primeiro semestre de 2020, 89 pessoas trans foram assassinadas

[**\(Agência Brasil | 28/06/2020 | Por Letycia Bond\)**](#)

No primeiro semestre deste ano, 89 pessoas transgênero foram assassinadas no Brasil, quantidade que supera em 39% a registrada no mesmo período de 2019, [de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais \(Antra\)](#). Para a entidade, os números escancaram como a omissão de autoridades governamentais tem contribuído para que estejam no centro de um contexto amplo de vulnerabilidade, que inclui agora efeitos da pandemia de covid-19. “Os dados não refletem exatamente a realidade da violência transfóbica em nosso país, uma vez que nossa metodologia de trabalho possui limitações de capturar apenas aquilo que de alguma maneira se torna visível. É provável que os números reais sejam bem superiores. Mesmo com essas limitações, os dados já demonstram que o Brasil vem passando por um

processo de recrudescimento em relação à forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculines e demais pessoas trans. O que reforça a importância do nosso trabalho de monitoramento, incidência política e denúncias a órgãos internacionais”, escreve a Antra, que acrescenta que, em tentativa de suprir uma lacuna deixada pelo Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em junho de 2019, tratar os casos de transfobia [com base na Lei nº 7.716/1989](#), na qual são tipificados os crimes de preconceito contra raça e cor.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Apresentada no Congresso, Constituição do Orgulho dá luz às leis existentes que deveriam proteger a comunidade LGBTQI+

Projeto lançado pela Comissão de Diversidade da OAB SP leva cores da bandeira LGBTQI+ à Constituição Brasileira para dar visibilidade aos direitos violados em crimes de LGBTQfobia

(Comissão da Diversidade de Gênero da OAB-SP | 28/06/2020)

Com mais de 20 milhões de pessoas, o Brasil tem uma das maiores populações LGBTQI+ do mundo - quase 10% da população total. Porém, somos o país com pior índice de violência contra esse público, registrando a morte de uma pessoa a cada 19 horas. Mesmo com a aprovação do Supremo Tribunal Federal do projeto de Lei que classifica a homofobia como crime, em 13 de junho de 2019, de lá para cá, o cenário não apresentou nenhuma

melhora. Segundo pesquisa do jornal Folha de S. Paulo, 92,5% da população LGBTQI+ indica que a violência aumentou.

Visando reforçar o compromisso do poder público em proteger seus cidadãos e a soberania da Constituição Brasileira, a Comissão de Diversidade da OAB SP (Ordem dos Advogados do Brasil) apresenta a Constituição do Orgulho. Criado pela agência Sunset DDB, o projeto usa o design e as cores da bandeira LGBTQI+ para destacar que a Constituição já possui diversos direitos que deveriam protegê-los, mas que são desconhecidos - e principalmente violados - por boa parte da população e do poder público.

A iniciativa convidou advogados da Comissão da Diversidade da OAB SP para encontrar e ressaltar tais direitos com as cores da bandeira LGBTQI+, cada uma indicando um tipo diferente de crime - agressão, injúria e difamação, violência psicológica, violência institucional, violência sexual e homicídio. O resultado deu origem à uma edição especial da Constituição, colorida e com design exclusivo, que inspirou o novo projeto de lei do Deputado Federal David Miranda (PSOL), que será apresentado em Brasília na próxima quinta-feira, 2 de julho, solicitando que 30% dos livros das cópias da Constituição Brasileira sejam impressas com essas cores.

Em tiragem limitada, cópias físicas foram produzidas e distribuídas para influenciadores, militantes da causa e ícones de destaque na luta contra a LGBTQfobia. Ampliando o acesso à população em geral, o projeto também foi 100% disponibilizado online para *download*, com ferramentas e recortes que facilitam o compartilhamento de trechos e artigos específicos pelas redes sociais.

“É fundamental garantir os direitos dos cidadãos sem distinção, assim como assegurar que sejam cumpridos. Por isso, o objetivo desta ação é não apenas colocar luz à importante questão social, como também levar conhecimento sobre os direitos e deveres assegurados pela Constituição brasileira”, pondera Marina Ganzarolli, presidente da Comissão da Diversidade da OAB SP.

“A Constituição do Orgulho está colorindo direitos que já estão previstos há muito tempo na legislação, mas que são invisíveis para muita gente. Mais do

que criar leis que defendam a comunidade LGBTQI+, é necessário que a Constituição existente seja conhecida e honrada para esse público, assim como para qualquer brasileiro. Essa edição especial da Constituição quer dar visibilidade a esses direitos fundamentais”, destaca Filipe Rosado, redator da Sunset DDB.

Para ter acesso à Constituição do Orgulho basta acessar o site constituicaodoorgulho.com.br e acompanhar o conteúdo. Por lá, é possível baixar a constituição, navegar pelos diferentes crimes sofridos pela comunidade LGBTQI+ - indicados pelas cores da bandeira - e compartilhar via redes sociais alguns dos principais tópicos e trechos da legislação, dando mais voz e conhecimento à causa.

ONU propõe banir “cura gay” no mundo e alerta para “risco de tortura”, por Jamil Chade

[\(UOL | 14/06/2020 | Por Jamil Chade\)](#)

Um relatório elaborado pelas Nações Unidas alerta que “terapias de conversão” de gays e transgêneros criam um risco de tortura e pede que governos pelo mundo adotem uma proibição à prática. O documento será alvo de um debate no Conselho de Direitos Humanos da ONU antes do final do mês, com a participação do governo brasileiro.

Tais terapias, segundo a ONU, são baseadas “na noção incorreta e prejudicial de que a diversidade sexual e de gênero são distúrbios a serem corrigidos”. Portanto, diz o texto, tais práticas “são de natureza discriminatória”.

[Acesse a coluna completa no site de origem.](#)

Criminalização da homofobia facilitou apoio a vítimas

Um ano após decisão do STF, MG registra mais de uma ação por dia na Justiça, mas 'apagão estatístico' prejudica

[\(O Globo | 13/06/2020 | Por Audrey Furlaneto\)](#)

Há um ano, a advogada trans Maria Eduarda Aguiar foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) para defender a criminalização da homofobia. Usou os poucos minutos que foram reservados à sua fala para listar e descrever crimes contra a população LGBTI:

— Conteí a história da Quelly, travesti que teve o coração arrancado. Lembrei da Jéssica, de São Gonçalo, que teve 80% do corpo queimado num ataque transfóbico. Falei de Dandara dos Santos, a travesti do Ceará que foi espancada até a morte, e do Carlinhos, homem trans de São Gonçalo, que apanhou até morrer para, entre aspas, aprender a ser homem. Eu tinha dez minutos para mostrar aos ministros que somos vítimas de crimes de ódio brutal todos os dias.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Trump muda definição de gênero, e trans podem ter acesso à saúde dificultado

Norma aprovada pelo presidente americano pode conceder proteção jurídica a médicos que se negarem a atender pacientes transexuais com base em crenças pessoais

[\(O Estado de S.Paulo | 13/06/2020\)](#)

WASHINGTON - O governo dos Estados Unidos anunciou nesta sexta-feira, 12, uma norma que altera a definição de gênero para “masculino ou feminino definido pela biologia”, uma mudança que pode deixar pessoas transgênero vulneráveis a discriminação ao buscarem tratamento médico ou planos de saúde. A nova norma, anunciada pelo Departamento de Saúde, afeta os médicos, hospitais e companhias de seguros que recebem recursos federais.

Esta medida substitui outra norma que havia sido aprovada em 2016 pelo ex-presidente Barack Obama, que pela primeira vez incluiu na regulação uma definição ampla de gênero, que poderia ser “masculino, feminino, nenhum ou uma combinação de masculino e feminino”. A regulação aprovada por Obama para proibir a discriminação não chegou a entrar totalmente em vigor porque foi suspensa por um juiz do Texas em dezembro de 2016.

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

STJ concede direito à

aposentadoria de primeira militar transexual do Brasil

Com currículo exemplar, há 14 anos a transexual Maria Luiza Silva foi considerada “incapaz” e impedida de seguir carreira militar.

[\(HuffPost | 02/06/2020 | Por Andréa Martinelli\)](#)

Chegou ao fim a batalha judicial de 14 anos entre **Maria Luiza da Silva**, de 59 anos, e a FAB (Força Aérea Brasileira). O STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou recurso da União e reconheceu discriminação na aposentadoria compulsória a qual foi submetida no início dos anos 2000. Ela é a primeira mulher transexual da FAB e foi reformada por ser considerada “incapaz”.

[A decisão do dia 23 de maio foi divulgada hoje pelo STJ.](#) Assinada pelo ministro Herman Benjamin, documento diz que Maria Luiza tem o direito de se aposentar no último posto da carreira militar no quadro de Praças, o de subtenente “pois lhe foi tirado o direito de progredir na carreira devido a um ato administrativo ilegal, nulo, baseado em irrefutável discriminação.”

[Acesse aqui a matéria completa no site de origem.](#)

Mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais contam os desafios da população LBT na pandemia da Covid-19

Em entrevista à ONU Mulheres Brasil, três lideranças do movimento LBT - lésbicas, bissexuais, travestis e trans falam que a pandemia Covid-19 trouxe novas vulnerabilidades. Dizem, ainda, como estão lidando com as

especificidades de gênero e a mobilização em favor de direitos e contra discriminações

[\(ONU Mulheres | 19/05/2020\)](#)

Desde que a Organização Mundial da Saúde declarou a [pandemia do novo coronavírus Covid-19](#), em 11 de março de 2020, a realidade do mundo inteiro foi transformada. Mulheres, homens, pessoas de todas as idades, escolas, universidades, hospitais, empresas, governos e instituições de várias áreas tiveram de alterar as práticas e rotinas em favor da saúde pública.

No Brasil, por conta da Covid-19 o Congresso Nacional decretou estado de [calamidade pública](#), provocando uma série de medidas para apoiar a população brasileira e responder à emergência de saúde, econômica, financeira e social.

Em entrevista à ONU Mulheres Brasil, três lideranças do movimento LBT - lésbicas, bissexuais, travestis e trans contam como a pandemia Covid-19 trouxe novas vulnerabilidades e como estão lidando com as especificidades de gênero e a mobilização em favor de direitos e contra discriminações. No início de maio, o Supremo Tribunal Federal considerou [inconstitucional a proibição de doação de sangue por homens sexuais e as parcerias sexuais destes nos 12 meses antecedentes](#), decisão amplamente comemorada em meio à pandemia.

[Acesse a entrevista completa no site de origem.](#)